

Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

Brazilian federal university libraries: accessibility/ evaluation of the National
Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP)

Eliane Maria Stroparo

Bibliotecária doutora na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
eliane@ufpr.br - <https://orcid.org/0000-0002-5604-4219>

Laura Ceretta Moreira

Professora doutora na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
laurac@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-4569-7369>

Recebido em 16 de setembro de 2019

Aprovado em 15 de setembro de 2020

Publicado em 25 de fevereiro de 2021

RESUMO

O presente estudo discorre sobre indicadores de acessibilidade em bibliotecas universitárias federais brasileiras e processos avaliativos no contexto da inclusão realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nesse sentido, o objetivo geral foi avaliar as políticas públicas de inclusão efetivadas em bibliotecas universitárias e as questões avaliativas pertinentes à acessibilidade. Os dados da pesquisa foram coletados por meio de questionário online enviados a 25 (vinte e cinco) coordenadores de Sistemas de Bibliotecas de universidades federais brasileiras e 31 (trinta e um) avaliadores do INEP. Também a diretoria de Avaliação de Educação Superior (DAES) e a Coordenadoria Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior do INEP, por meio de entrevista semiestruturada. Foram analisados, contextualizados e interpretados com base em fundamentos da análise de conteúdo, resultando nas categorias; concepção acerca da política de inclusão nas bibliotecas universitárias; acessibilidade física; acessibilidade informacional; acessibilidade nos serviços; acessibilidade atitudinal; avaliação do INEP e política institucional inclusiva. Avanços, fragilidades de acessibilidade, inclusão e avaliação nas bibliotecas universitárias apontaram para a necessidade de efetivação de uma política institucional inclusiva nos Sistemas de Bibliotecas das universidades federais brasileiras, de modo a eliminar barreiras e garantir o direito de oportunidades iguais a todos.

Palavras-chave: Políticas inclusivas; Biblioteca universitária; Avaliação; Acessibilidade.

ABSTRACT

This study discusses accessibility indicators in Brazilian federal university libraries and evaluation processes in the context of inclusion conducted by the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). In this sense, the general objective was to evaluate the public inclusion policies implemented in university libraries and the evaluative questions pertinent to accessibility. The research data were collected through an online questionnaire sent to 25 (twenty-five) library system coordinators of Brazilian federal universities and 31 (thirty-one) INEP evaluators. Also the Directorate of Higher Education Evaluation (DAES) and the General Coordination of Evaluation of Undergraduate Courses and Higher Education Institutions, through semi-structured interviews. They were analyzed, contextualized and interpreted based on the fundamentals of content analysis, resulting in the categories; conception of the policy of inclusion in university libraries; physical accessibility; informational accessibility; accessibility of services; attitudinal accessibility; INEP evaluation and inclusive institutional policy. Advances, weaknesses in accessibility, inclusion and evaluation in university libraries have pointed to the need to implement an inclusive institutional policy in the Library Systems of Brazilian federal universities, in order to eliminate barriers and guarantee the right of equal opportunities for all.

Keywords: Inclusive policies; University library; Evaluation; Accessibility.

Introdução

O estudo mostra que a inclusão educacional consagrada legalmente desde a Constituição Federal de 1988 vem sendo estruturada ao longo dos anos nos marcos legais internacionais e nacionais, evidenciados como referenciais na temática a Convenção sobre direito das pessoas com deficiência (2011) e a Lei Brasileira de Inclusão das pessoas com deficiência, conhecida como: Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) por representarem avanços, sobretudo, no âmbito educacional, e mais especificamente no que diz respeito ao acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior. Destacamos, contudo, que a inclusão educacional ainda enfrenta desafios e a violação dos direitos à educação, sobretudo dos estudantes com deficiência, presenciada diariamente.

Nesse contexto, o desafio da educação superior como direito de todos, requer comprometimento das universidades e intervenção das bibliotecas universitárias que corroboram na aprendizagem dos estudantes que se encontram à margem desse processo. A biblioteca, mais especificadamente a biblioteca universitária, responde por mudanças, ajustes, inovações tecnológicas, reorganização de espaços, adaptação de ações, serviços e formatos de acervos compatíveis com os diferentes interesses e especificidades dos estudantes com deficiência. Levando-se em conta que nenhuma parcela da comunidade deve ser excluída da informação, cabe às bibliotecas a responsabilidade de provimento, seja de forma impressa, áudio e representação digital. Também os recursos e serviços precisam ser inovadores de modo a fazer cumprir o princípio de acesso para todos.

As bibliotecas universitárias são chamadas a refletir sobre seu papel nesse contexto: se estão assegurando o direito à educação aos estudantes com deficiência; se suas ações promovem a acessibilidade como possibilidade à igualdade de oportunidade para todos.

A definição de acessibilidade está contida na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tal como segue:

A possibilidade e condição de alcance para a utilização com segurança e autonomia aos espaços mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertas ao público de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, p.1).

O conceito de acessibilidade foi utilizado entendendo-o de forma ampla, não se restringindo a questões físicas e arquitetônicas, uma vez que o vocábulo expressa um conjunto de dimensões indispensáveis no processo de inclusão.

Nesse cenário, o estudo analisou as condições de acessibilidade nas dimensões físicas, atitudinal, nos serviços e mais especificamente a informacional, assim como o desempenho nos processos avaliativos implementados pelo INEP, tendo como foco os indicadores de acessibilidade. Consideramos como público alvo os estudantes com deficiência física, visual, com surdez e deficiência múltipla a partir da realidade

encontrada. Em síntese, o objetivo geral é avaliar as políticas públicas de inclusão efetivadas em bibliotecas universitárias e as questões avaliativas pertinentes à acessibilidade.

Posto isso, indagamos se os indicadores de acessibilidade estão promovendo meios para atender as diferentes necessidades desses estudantes. Questionamos, sobretudo se o papel dos avaliadores é compatível com a visão de biblioteca universitária como espaço democrático de inclusão.

Outrossim, para garantir a inclusão é necessária uma visão dos parâmetros, da efetivação das normativas e também uma avaliação dos indicadores de acessibilidade usados, e sua consonância com o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (SINAES) e com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA).

A biblioteca universitária no contexto da inclusão

O paradigma da inclusão na educação superior estrutura-se nos direitos fundamentais, decorrente de diretrizes nacionais, internacionais, discussões e movimentos sociais. Oriundo dessas ações, diferentes estudos apresentam a implantação de políticas educacionais e afirmativas com o propósito de ampliar oportunidades e reduzir a desigualdade social.

Oliveira (2013) relata que as ações afirmativas, como política de acesso à educação superior, apresentam-se como elementos de discussões, ora como posições favoráveis, ora como posições contrárias, ora como consenso, ora como dissenso. Relacionado a políticas inclusivas nas instituições de educação superior, é importante salientarmos o estudo de Moreira (2004), que apresenta reflexões sobre o quadro de desigualdades educacionais e sociais presentes nos grupos não majoritários da população, e mostra a necessidade de efetivação de políticas educacionais tendo em vista a igualdade social. Silva (2014) destaca que os direitos das pessoas com deficiência estabelecidos na legislação são violados em muitas ocasiões, havendo uma melhoria com adoção de medidas de acessibilidade.

Em relação a sua prática nas bibliotecas universitárias, cabe enfatizar seus novos papéis, influenciadas pela sociedade e pela evolução de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), desenvolvendo desde as coleções até os meios de torná-las acessíveis aos usuários (DIÓGENES, 2013).

Stroparo (2014); Pereira; Nonato (2014); Silva; Sacramento (2014) constataram em seus estudos que a dimensão acessibilidade física é mais evidenciada do que dimensão informacional. As políticas de acesso à informação às pessoas com deficiência constituem-se ainda como um grande desafio.

Lazarin (2014), De La Torre (2014) recomendam ações direcionadas especificamente aos estudantes com deficiência visual e estudantes surdos, como o cumprimento das diretrizes de arquitetura da informação para conteúdos web e a formação de acervo em braile.

O desafio para o qual bibliotecas e bibliotecários precisam se preparar para tornar as bibliotecas acessíveis a todos é ressaltado por Miranda e Miranda (2015), sobretudo aos estudantes surdos, fazendo-se cumprir as “Diretrizes para serviços de Bibliotecas para Surdos da IFLA”.

Concomitantemente, Souza (2013), Pinheiro e Guilherme (2013) destacam como imprescindível a atuação do bibliotecário para a concretização da inclusão. “Cabe ao bibliotecário entender que o direito do usuário ao acesso à informação é um processo social contínuo e extremamente valioso”. (PINHEIRO; GUILHERME, 2010, p. 20).

A conscientização do bibliotecário do poder que está em suas mãos, de realizar mudanças é essencial para facilitar a participação plena de todas as pessoas com ou sem deficiência.

Biblioteca universitária/ avaliação da acessibilidade

O debate sobre a inclusão na educação superior apresenta-se no campo do direito de todos à educação, na igualdade de ingresso, permanência e conclusão com sucesso. Para garantir que o acesso seja livre a todos, em todos os aspectos, como apregoa a CF/88, seria fundamental a prática da acessibilidade plena e uma avaliação

séria a respeito dos indicadores que estão sendo usados. As legislações nacionais e internacionais oferecem subsídios e ferramentas para a obstrução de barreiras não apenas nos ambientes físicos, mas também nos virtuais, nos sites, na internet e em outros meios de disponibilização da informação. Sendo assim, cabe um questionamento a respeito da biblioteca universitária ser ou não acessível. Para obtenção da resposta é fundamental uma análise dos indicadores e da real necessidade da biblioteca.

No processo de avaliação do INEP, a biblioteca é estabelecida como indicador de destaque, há o reconhecimento de sua função de aproximação do estudante com o conhecimento, num espaço que ultrapassa a sala de aula.

O advento de novas tecnologias e o acesso mais acelerado à produção científica apresentam novos desafios e colocam às bibliotecas a necessidade de revisão de seu papel no processo ensino-aprendizagem (INEP, 2015).

A biblioteca universitária, no processo de avaliação do INEP, está inserida na dimensão infraestrutura física, não ocupa um item específico no SINAES, contudo apresenta um papel importante, representando 40% da nota total.

O documento “Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)” (Brasil, 2013) representa uma colaboração aos avaliadores, no tocante à acessibilidade, apresentando indicadores como padrões para garantir a qualidade e apoiar a melhoria no ensino superior, contudo não contempla a biblioteca. Constatamos a necessidade de efetivar a biblioteca universitária como um ambiente acadêmico responsável em possibilitar a igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência e, dessa forma, o instrumento mostra-se frágil, pois não valoriza esse papel da biblioteca. Os requisitos legais e normativos e sua relação com os indicadores a serem observados dizem respeito à universidade como um todo (INEP, 2015).

É certo que os avaliadores deveriam, em suas avaliações nas bibliotecas, fiscalizar o cumprimento da acessibilidade no acervo, serviços e apoios de modo a induzi-las a se tornarem inclusivas. Seu papel formador deveria subsidiar o contexto das avaliações do INEP, sobretudo no que diz respeito à disponibilização da informação a todas as pessoas, deficientes ou não.

Posto isso, identificamos as normativas, manifestos, declarações, acordos da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA), como necessárias para análise e avaliação da acessibilidade nas bibliotecas e do direito à educação para as pessoas com deficiência. Seus programas são de apoio, estudos, coordenação de pesquisas, e os resultados são divulgados por meio de publicações que servem de subsídios para a avaliação dos serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias e para ações a serem implantadas de modo que o atendimento seja adequado. Os parâmetros propostos pela IFLA nas “Diretrizes para serviços de bibliotecas para surdos” (IFLA, 2000) apresenta a preocupação com o estudante surdo, no tocante à utilização da biblioteca, e com a capacitação dos profissionais para bem atendê-lo: “as bibliotecas tem a responsabilidade de garantir que suas coleções e serviços sejam acessíveis aos surdos e que os surdos estejam cientes dos serviços que as bibliotecas podem lhes prover” (IFLA,2000, p. 6).

Outro destaque apresentado no “Manifesto da IFLA sobre a internet” (IFLA, 2002) diz respeito à informação, reforçando a ideia de que seu livre acesso é essencial para a liberdade, igualdade, entendimento mundial e a paz (IFLA, 2002).

As normativas desenvolvidas no relatório intitulado “Biblioteca para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento” são um significativo exemplo de iniciativa da IFLA, no tratamento diferenciado, demandado pelas pessoas cegas. O manifesto visa estruturar serviços, formatos de acervos, coleções especiais/adaptados e estrutura apropriada às diferentes necessidades:

As pessoas com limitação visual têm as mesmas necessidades de informação que as pessoas que enxergam. Como as pessoas que enxergam podem ler um jornal, ouvir um CD ou baixar informações eletrônicas na internet, as pessoas com limitação visual também querem ter acesso à informação relevante em formatos selecionados (IFLA, 2009, p. 8)

Ressalta também o papel fundamental desempenhado pelos profissionais da informação, os quais deveriam possuir conhecimentos para oferecer serviços a todos os usuários, inclusive aos deficientes. Também é da competência da equipe conduzir estudos da comunidade para garantir que os serviços estejam de acordo com suas necessidades.

Vale destacar o documento “Diretrizes da IFLA sobre os serviços da Biblioteca Pública” (IFLA, 2013) que visa oferecer recomendações e orientações para a efetivação e para o desenvolvimento de ações às bibliotecas públicas. Os serviços deveriam ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, deficiência, condição econômica, laboral e nível de escolaridade (IFLA, 2013). Com relação ao acervo, a IFLA (2013) recomenda que a biblioteca deveria incluir todos os tipos de suporte e novas tecnologias, também os edifícios deveriam ser acessíveis a toda comunidade, refletindo as funções de seus serviços e integrando os novos.

A IFLA tem apresentado reflexões sobre a conduta dos profissionais da informação, no documento “Código de Ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação” (IFLA, 2012). Na compreensão da IFLA (2012, p. 3).

O direito de acesso à informação não pode ser negado e que serviços equitativos são fornecidos para qualquer pessoa de qualquer idade, nacionalidade, crença política, condição física ou mental, gênero, descendência, educação renda, condição imigratória ou de asilo, situação matrimonial, origem, raça, religião e orientação sexual.

À vista disso, o papel das bibliotecas e dos profissionais da informação apresenta-se como responsabilidade social, pois a disponibilização da informação impacta em toda a sociedade.

Ressalta-se que além dos indicadores de acessibilidade do INEP os parâmetros apontados pela IFLA são relevantes para reflexões, para a definição, análise e avaliação de biblioteca universitária acessível e inclusiva.

Metodologia

O presente estudo com abordagem de natureza qualitativa numa perspectiva crítica/descritiva foi realizado visando conhecer a realidade prática das bibliotecas universitárias e o processo avaliativo do INEP focado na acessibilidade. A análise dos elementos teóricos foi pautada no direito de todos à educação, direito esse inerente a todas as pessoas, cujos desafios ainda hoje impedem sua validação. Desta forma,

procurou-se garantias na justiça social alicerçada no respeito à diferença e na igualdade de oportunidades.

Para conhecer a realidade prática das bibliotecas universitárias, buscamos na pesquisa de campo a opinião dos participantes da pesquisa, constituída pelos coordenadores de Sistemas de Bibliotecas das 63 (sessenta e três) universidades federais brasileiras. Também foram objeto de estudo os 3371 avaliadores do INEP, cadastrados no Banco de Avaliadores do SINAES (Basis), selecionados por amostra, perfazendo 231 avaliadores. Destacamos como foco de estudo a Coordenação de Avaliação de Cursos de Graduação e IES, com realização de entrevista, como procedimento para coleta de dados. Foi utilizado também o questionário online, enviado a 25 (vinte e cinco) coordenadores de Sistemas de Bibliotecas e 31 (trinta e um) Avaliadores do INEP, número estabelecido em função das respostas obtidas dos questionários, totalizando 56 (cinquenta e seis) participantes. A referenciação destes ocorreu mediante o uso de letras e números, visando ao anonimato, conforme recomendação do Comitê de Ética, assim: A1, A2, A3, até o A31 para avaliadores; C1, C2, C3 até C25 para Coordenadores.

Vale ressaltar que foi utilizada observação in loco, por meio de visitas à Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca da Universidade de Brasília e Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte por se caracterizarem como referenciais na temática.

Com base em fundamentos da análise de conteúdo, a interpretação de dados resultou na construção de 7 (sete) categorias: concepção acerca da política de inclusão das bibliotecas universitárias, acessibilidade física, acessibilidade informacional, acessibilidade nos serviços, acessibilidade atitudinal, avaliação do INEP e política institucional inclusiva.

Análise de dados

Até o início da década de 1990, dificilmente encontravam-se pessoas com deficiência frequentando as bibliotecas universitárias, todavia, essa situação vem se alterando e hoje o número de pessoas com deficiência matriculadas nas universidades tem aumentado. O Brasil contava, em 2016, com aproximadamente 8 (oito) milhões

de estudantes matriculados nas universidades. O número de matrículas de pessoas com deficiência era, em média, 36.000 (trinta e seis mil), representando 0,45% das matrículas (INEP, 2017). Esses números podem ser pouco expressivos se comparados à população geral de matriculados, contudo, se considerarmos o número de matrículas de pessoas com deficiências nos anos 2014, 33.000 (trinta e três mil); 2013, 30.000 (trinta mil); e 2010, 19.000 (dezenove mil), inferimos um expressivo crescimento, apontando como um sinal que o direito à educação começa a ser considerado. Diante disso, novas demandas precisam ser vencidas: serviços, apoios adequados às necessidades específicas, assim como profissionais capacitados e comprometidos com a melhoria de condições educacionais. Dessa forma, a inclusão apresenta-se às bibliotecas universitárias como um necessário processo de democratização da informação, exigindo a abolição de barreiras nos diferentes aspectos.

Caracteriza-se o espaço físico acessível como condição para inclusão, assim consideramos na análise as características de entrada, circulação, sinalização, sanitários e mobiliários. Embora essas características não sinalizem uma visão ampla dessa dimensão, permitem que se vislumbre como está se efetivando nas bibliotecas. Situa-se a informação como necessidade fundamental do ser humano, cabendo as bibliotecas universitárias a tarefa de suprir essa necessidade. A análise nas bibliotecas e nas avaliações junto ao INEP ocorreu nos itens: informação em formato alternativo (braille, áudio, digital), softwares específicos (NVDA, Dosvox, Jaws, Player Rybená, Sign Stream).

Entendemos que no contexto atual exige-se das bibliotecas a oferta de serviços comprometida com a inclusão de todas as pessoas, deficientes ou não. Dessa forma, analisamos os seguintes serviços: acervos em diferentes formatos, tecnologias assistivas, cópias ampliadas; tradução / interpretação em libras; legenda oculta; audiodescrição.

Todas as pessoas são iguais perante a lei, e as bibliotecas deveriam priorizar o atendimento a todo seu público, assim sendo foram analisadas as capacitações da equipe das bibliotecas universitárias e dos avaliadores do INEP.

Buscamos entender o papel da acessibilidade na inclusão de estudantes com deficiência pelos avaliadores do INEP e coordenadores dos sistemas de bibliotecas. Enfocamos a implantação de Política Institucional Inclusiva, tentando configurá-la como ação política, cultural e pedagógica no pressuposto que conjugue respeito à diferença e redução de dificuldades. Também pesquisamos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das 25 (vinte e cinco) universidades federais aqui estudadas informações pertinentes a: diretrizes específicas sobre acessibilidade, inclusão para atendimento dos estudantes com deficiência nas bibliotecas.

Outro item pesquisado foi o conhecimento e uso de *checklist* de indicadores de acessibilidade, por considerá-lo um instrumento importante no planejamento, na avaliação e criação de condições de acessibilidade em todas as suas modalidades.

Resultados

Constatamos que ações e programas de inclusão nas bibliotecas universitárias federais brasileiras apresentam certos avanços e fragilidades.

Os resultados apontaram que os coordenadores dos Sistemas de Bibliotecas priorizam a dimensão física, embora em estágio embrionário em algumas bibliotecas universitárias. Na categoria acessibilidade física, destacamos que o direito a acessibilidade, quando presente nas bibliotecas, direciona-se às questões de espaço, destacando-se como a dimensão mais presente. Diante disso, concluímos que a acessibilidade física está enraizada na forma que se concebe as bibliotecas pelos avaliadores, como um ambiente que abriga o acervo impresso, elemento mais priorizado nas avaliações e conseqüentemente mais centrado também pelas bibliotecas. Entendemos a necessidade de mudança diante desse papel equivocado, e a implementação de uma ideia de biblioteca universitária que organiza, dissemina e dá suporte à geração de informação; capacita para os diferentes serviços e recursos tecnológicos para todos. Na categoria acessibilidade informacional, apontamos para fragilidade tanto na oferta pelas bibliotecas universitárias, quanto na visão dos avaliadores.

Os bibliotecários ainda vivenciam práticas que não atendem às demandas dos estudantes com deficiência, não sabem lidar com a diferença. Um aspecto

problemático é a inexistência nas bibliotecas de acervos em formatos alternativos e a não aplicabilidade desse item nas avaliações, impactando negativamente no acesso à informação para as pessoas com deficiência visual. Imperam-se barreiras na oferta de serviços específicos, a oferta concentra-se nos rotineiros, distanciando-se das necessidades dos estudantes com deficiência e também não são itens de análise nas avaliações.

No que diz respeito a categoria acessibilidade nos serviços, destacamos que: os acervos, serviços e procedimentos são planejados para um grupo homogêneo, não para demandas específicas. As bibliotecas universitárias vivenciam ações que “integram”, sem, contudo, oferecer condições adequadas para a inclusão e o desenvolvimento desses estudantes. Os avaliadores do INEP por sua vez, desconhecem as diferentes dimensões de acessibilidade; desconsideram as particularidades dos estudantes com deficiência e as práticas avaliativas ainda os excluem. Apresentam formação inadequada para avaliar as bibliotecas universitárias. Analisando a categoria acessibilidade atitudinal, ressaltamos que o principal obstáculo à inclusão está nas ideias, atitudes e práticas vigentes das pessoas envolvidas no cotidiano das bibliotecas; ainda perdura uma distância entre o discurso e a prática. A barreira atitudinal é a que mais impede a implementação de ações, programas, projetos e encaminhamentos contra a discriminação. No que se refere à avaliação das bibliotecas universitárias, o quesito acessibilidade requer uma reflexão contínua por parte dos bibliotecários, responsáveis pelas alterações no quadro atual e também na prática avaliativa, sobretudo na atuação dos avaliadores.

A realidade observada não retrata a inclusão dos estudantes com deficiência nas bibliotecas universitárias e as práticas avaliativas atuais ainda os excluem. Outrossim, se as condições de acessibilidade e inclusão nas bibliotecas universitárias são inadequadas e se as avaliações são insatisfatórias, medidas urgentes clamam por implantação. A conscientização dos bibliotecários nesse processo de mudanças faz com que busquem aperfeiçoamento através de cursos e treinamento, para saberem lidar com a diferença e com os recursos específicos necessários para atendimento às especificidades.

Melhorias nas bibliotecas universitárias com elaboração de planejamento de ações, procedimentos, espaço físico adequado, acervos em formatos alternativos, recursos tecnológicos, serviços especiais, intérprete/tradutor de libras, destacando o respeito à diferença e a oferta equânime de oportunidade a todos, fazem-se necessárias. Assim também, um *checklist* de indicadores de acessibilidade desconhecido pelos coordenadores representa um dificultador na elaboração e na efetivação de política inclusiva, requerendo ações de viabilização. A partir de indicadores que os profissionais da informação poderão adequar a biblioteca ao ambiente onde se encontra. Ainda, a consolidação das ações no PDI, constituindo-se como meta institucional, dariam às bibliotecas universitárias uma posição privilegiada nas avaliações, não apenas para cumprir com a legalidade ou para a instituição obter uma boa conceituação, mas, sobretudo, com fins educativos. Assim, também uma biblioteca de qualidade comprometida com a permanência dos estudantes, com indicadores de acessibilidade, garantiria o direito à educação a todos, a dinamização de ações democráticas, acessíveis e inclusivas pautadas na igualdade de oportunidades.

O sucesso da política de inclusão nas bibliotecas universitárias está vinculado ao envolvimento de sua equipe e impacta nas mudanças de concepção relativa à diferença, garantia de condições de acessibilidade e construção do conhecimento a todo.

Dessa forma, as considerações culminaram nas seguintes recomendações:

- Incentivar o fomento de ações às bibliotecas universitárias na área de inclusão e acessibilidade, necessárias a democratização da informação;
- Desenvolver práticas que visem abolição de barreiras nos diferentes aspectos: físico, informacional, atitudinal e nos serviços;
- Ter assegurado recursos para a implantação de espaços adequados para abrigo dos acervos;
- Garantir a disponibilização de recursos materiais e financeiros para a disponibilização de acervos nos diferentes formatos: digital, braille e sonoro, assim como a efetivação do uso de *software* específicos: NVDA, Jaws,

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644440029>

Player Ribená, Sign Stream, Dosvox, de modo a assegurar o atendimento às demandas informacionais compatíveis com as diferentes necessidades e especificidades dos estudantes com deficiência.

- Capacitar a equipe, oferecendo sistematicamente condições de atualização, treinamentos específicos visando o conhecimento dos indicadores de acessibilidade, em seus diferentes aspectos, destinados aos estudantes com necessidades de atendimento diferenciado;
- Garantir a prestação de serviços específicos por meio de acervos em formato alternativos, laboratórios de acessibilidade e tecnologia informacional, impressão em braile, cópias ampliadas, tradução/interpretação em libras, legendagem, audiodescrição, favorecendo a permanência a aprendizagem e o sucesso dos estudantes com deficiência na educação superior;
- Incluir disciplinas relativas à temática inclusão e acessibilidade na grade curricular nos cursos de biblioteconomia;
- Promover a interação entre a comunidade e biblioteca, de modo a conhecer a sua real necessidade e oferecer diferentes soluções para diferentes demandas;
- Inverter a posição de passividade que a biblioteca universitária ocupa em algumas universidades, vindo a se constituir como um ambiente de formação de conhecimentos;
- Fortalecer a participação no “Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e de Cultura de Paz e Direitos Humanos” de modo que atuem como fomentadoras da tolerância e do respeito, e promotoras da valorização dos direitos humanos;
- Apoiar e promover a implementação da Agenda 2030, visando a assegurar o acesso à informação e ao conhecimento a todos e todas;
- Congregar esforços, visando à participação em redes, através da cooperação, do compartilhamento para acesso à informação, de modo a evitar a duplicação de trabalhos e otimização de recursos;

- Consolidar no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) diretrizes a respeito de política de inclusão e acessibilidade, a fim de que se consolidem como metas institucionais;
- Fomentar a parceria da biblioteca universitária com outras unidades da universidade na construção e tomada de decisões, visando estabelecer e fortalecer o diálogo colaborativo;
- Ter assegurado pelo MEC maior diálogo entre os avaliadores do INEP e coordenadores de sistemas de bibliotecas nas questões pertinentes à acessibilidade nas bibliotecas universitárias;
- Garantir a presença do bibliotecário no processo avaliativo do INEP;
- Estimular a criação de categoria própria para biblioteca universitária no processo avaliativo do INEP;
- Estimular o conhecimento e uso de checklists de indicadores de acessibilidade, instrumento importante para o planejamento de programas e ações inclusivas.

Checklist de indicadores de acessibilidade

Propõe-se um *checklist* de indicadores essenciais de acessibilidade para subsidiar as avaliações, com quesitos relativos à acessibilidade em bibliotecas universitárias, em consonância com as normas e diretrizes da ABNT, INEP e IFLA. Evidenciamos como significativo no processo de acesso às informações, centrando-se na identificação de barreiras existentes e norteando adaptações e melhoramentos na busca da recuperação da informação.

Quadro 1 – Acessibilidade física

1	ACESSIBILIDADE FÍSICA	SIM	NÃO
1.1	A entrada da biblioteca possui degrau?		
1.2	Caso possua degrau, ela possui também rampa de acesso?		
1.3	A porta de entrada permite a transposição por pessoa com deficiência (vão livre de 0,80m e altura mínima de 2,10m)?		
1.4	Possui catraca na entrada?		
1.5	Caso possua, existe acesso secundário para pessoas com deficiência?		
1.6	A biblioteca dispõe de mais de um pavimento?		
1.7	Caso possua, a biblioteca dispõe de elevador de acesso?		
1.8	Caso possua, o elevador possui sinalização sonora?		
1.9	Caso possua, o elevador possui sinalização em braile?		
1.10	A biblioteca dispõe de rampas internas?		
1.11	Existem guias táteis no interior da biblioteca?		
1.12	Há sinalização visual?		
1.13	Há sinalização sonora?		
1.14	Há sinalização tátil?		
1.15	Há sinalização em libras?		
1.16	A distância entre as estantes é de, no mínimo, 0,90m de largura?		
1.17	Nos corredores entre as estantes existe espaço para movimentação das pessoas com acessório de mobilidade (bastões, muletas, andadores e cade de rodas)?		
1.18	O balcão de atendimento apresenta-se com altura livre de no máximo 0,73m piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m?		
1.19	Os armários guarda-volumes obedecem ao percentual de 5% para uso, livre barreiras e com símbolo internacional de acesso?		
1.20	Os banheiros são acessíveis?		
1.21	Os bebedouros apresentam altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso?		

Fontes: Autoras (2018).

Quadro 2 – Acessibilidade informacional

2	ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL	SIM	NÃO
2.1	A biblioteca conta com acervo em formato alternativo?		
2.2	Digital?		
2.3	Braile?		
2.4	Sonoro?		
2.5	A biblioteca disponibiliza softwares específicos para as pessoas com deficiência?		
2.6	NVDA		
2.7	DOSVOX		
2.8	Jaws		
2.9	Player Ribena		
2.10	Sign Stream		
2.11	A biblioteca conta com tradutor/intérprete de língua brasileira de sinais, possa intermediar informações entre surdos/ouvintes?		

Fontes: Autoras (2018).

Quadro 3 – Acessibilidade nos serviços

3	ACESSIBILIDADE NOS SERVIÇOS	SIM	NÃO
3.1	A biblioteca disponibiliza serviços específicos para atender as diferentes necessidades e especificidades das pessoas com deficiência?		
3.2	A biblioteca conta com recursos de tecnologia assistiva?		
3.3	Laboratório de acessibilidade		
3.4	Cópias ampliadas		
3.5	Impressão em braile		
3.6	Legendagem		
3.7	Audiodescrição		
3.8	A biblioteca oferece o serviço de tradução/interpretação em libras?		

Fontes: Autoras (2018).

Quadro 4 – Acessibilidade atitudinal

4	ACESSIBILIDADE NOS ATITUDINAL	SIM	NÃO
4.1	A equipe da biblioteca acolhe adequadamente as pessoas com deficiência?		
4.2	A equipe da biblioteca sabe como lidar com a diferença?		
4.3	A equipe da biblioteca é capacitada para atender as diferentes necessidades das pessoas com deficiência?		
4.4	A equipe da biblioteca é preparada para orientar o acesso aos diferentes recursos tecnológicos?		
4.5	A biblioteca realiza periodicamente estudo da comunidade a fim de conhecer suas reais necessidades?		

Fontes: Autoras (2018).

A biblioteca universitária é um importante espaço para a inclusão, devendo ter instalações físicas adequadas, assim como disseminar o conhecimento, suprir as necessidades informacionais, eliminar as barreiras de acesso e, possibilitar a igualdade de oportunidade para todos.

Dessa forma, reforçamos que a “busca constante” do reconhecimento e respeito às diferenças e da construção de práticas acessíveis é necessária e fundamental para que as bibliotecas universitárias sejam de qualidade, justas, igualitárias, solidárias e inclusivas, assegurando assim, o direito à educação para todos e todas.

Referências

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, D.F: Senado Federal, 1988.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644440029>

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2015a. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 05 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).** Brasília, 2013.

CONVENÇÃO sobre os direitos das pessoas com deficiência: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: **decreto legislativo n. 186**, de 09 de julho de 2008; decreto n. 6949, de 25 agosto de 2009. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos 2011.

DE LA TORRE, D.G. **O livro além do braille:** aspectos relativos à edição e produção. 166 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DIÓGENES, F.C.B. **Os novos papéis da biblioteca universitária brasileira.** 444 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **Diretrizes para serviços de bibliotecas para surdos.** 2000. Disponível em <http://especialfuturo.resp.br/documentos/guiaifla.rtf>.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **Manifesto da IFLA sobre internet.** 2002. Disponível em [http://www.ifla.org/iii/misc/internetmanif.htm\(/1753689-manifesto-ifla-unesco-sobre-ainternet-diretrizes-ifla-iternet-manifesto-ttp-www-ifla-org-iii-misc-internetmanifhtm.html](http://www.ifla.org/iii/misc/internetmanif.htm(/1753689-manifesto-ifla-unesco-sobre-ainternet-diretrizes-ifla-iternet-manifesto-ttp-www-ifla-org-iii-misc-internetmanifhtm.html). Acesso em 15 de julho 2016.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **Código de Ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação.** 2012. Disponível em:
<http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>. Acesso em 15 junho de 2016.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **Diretrizes da IFLA sobre os Serviços da biblioteca Pública.** 2013. Disponível em:
<https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf> .Acesso em 15 maio de 2016.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644440029>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Brasília, 2015, 5 v.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo de educação superior: 2016**. Brasília, 2017.

LAZZARIN, F.A. **De olho no OPAC da biblioteca universitária: avaliação sobre acessibilidade e arquitetura da informação para web com a interação de usuários cegos**. 224 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MIRANDA, S.N.; MIRANDA, M.L.C. **Bibliotecas universitárias e a acessibilidade dos usuários surdos e com deficiência auditiva**. Inf. Prof. Londrina, v.4, n.2, p.4-19, jul/dez. 2015.

MOREIRA, L. C. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, C. B. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n.55, p. 961-984, out./dez. 2013.

PEREIRA, R. de C.B; NONATO, E.M.W. A gestão dos serviços informacionais no Sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Goiás: acessibilidade para pessoas com deficiência física, visual e auditiva. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18, Belo Horizonte, 2014. **Anais...** Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/trabalhos/index.php/sn_20_bu_14/sn_20_bu_14/paper/view/179/291 Acesso em: 10 maio de 2016.

PINHEIRO, M.I. da S.; GUILHERME, V. L. F. **Bibliotecários: desafios frente a acessibilidade dos deficientes visuais nas bibliotecas virtuais**. Trabalho apresentado no 3º Seminário de Informação em arte, 2013.

SILVA, J.S.S. de. **Acessibilidade, barreiras e superação**; estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na educação superior. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, D.M.; SACRAMENTO, R.C. de C. Acessibilidade no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia – SIBI – UFBA: uma análise do atendimento ao usuário pessoa com deficiência – PCD. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., Belo Horizonte, 2014. **Anais...** Belo Horizonte, 2014. Disponível em:

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644440029>

https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/trabalhos/index.php/sn_20_bu_14/sn_20_bu_14/sc hedConf/presentations. Acesso em: 15 maio 2016.

SOUZA, M.S. de Acessibilidade e inclusão informacional. **Informação&Informação**, Londrina, v.18, n.1, p. 1, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informação/>. Acesso em: 20 jan. 2016

STROPARO, E.M. **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias**: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). 258f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2014.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)